

# | 471 | INTERVENÇÕES HABITACIONAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA SOLUÇÃO OU UM PROBLEMA?

*Bárbara Moraes de Carvalho*

## **Resumo**

As intervenções habitacionais em comunidades tradicionais são interessantes do ponto de vista do poder público, pois se constituem em um instrumento de promoção social interessante politicamente. Para as comunidades tradicionais, a busca pela 'casa ideal' também demanda pelo processo intervencionista. Porém, o grau de satisfação dos usuários com as propostas já concluídas no Pará é pequeno. Atualmente, apesar do padrão de financeirização ter mudado: deixando de pertencer ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, onde a habitação era totalmente subsidiada, e passando a pertencer ao Minha Casa, Minha Vida, não existem indicadores de que a qualidade dos projetos habitacionais irá melhorar. Afinal, as intervenções em comunidades tradicionais são uma solução ou um problema? Até onde a proposta habitacional beneficia a comunidade tradicional e até onde o processo é compreendido como um simples elemento de promoção política?

**Palavras-chave:** comunidades tradicionais, habitação, política pública.

## **Introdução**

A formalização do termo 'comunidades tradicionais' em meio à política habitacional ocorreu em 2007, na Política Nacional de Habitação que difundiu a necessidade de respeito às especificidades e à diversidade para os planos habitacionais das diversas esferas governamentais e aos programas de financiamento do Ministério das Cidades. A partir disto, inúmeras intervenções destinadas a comunidades tradicionais ocorreram nas cinco regiões brasileiras.

Diferentemente destes estados, no Pará, os investimentos realizados em intervenções habitacionais destinadas a grupos tradicionais fizeram uso de projetos pré-existentes que quando entregues, apresentaram sérios problemas de apropriação, pois muitos usuários reconstruíram suas habitações segundo modelo tradicional de produção e não habitam no modelo produzido pela esfera pública.

Esta pesquisa visa apontar problemas gerados por intervenções habitacionais em comunidades tradicionais e detectar métodos capazes de minimizá-los. A busca por metodologias e a discussão sobre quando existe de fato a necessidade de uma intervenção habitacional em comunidades tradicionais, permite a caracterização do cenário atual no Pará: em meio disputas, processos de mobilização, luta pela preservação de identidade e pela de regularização fundiária.

A reflexão deste trabalho envolve os meios e métodos dos programas de financiamento, a teoria de projeto arquitetônico e urbanístico e os entraves metodológicos que envolvem o projeto de intervenção destinado à estas comunidades.

## **1. O projeto de Habitação de Interesse Social: um foco sobre as comunidades tradicionais**

No Estado do Pará, o número de comunidades tradicionais cujo território está sendo ameaçado pelo processo de expansão urbana é muito grande, por isso existe imensa demanda por intervenções nestas áreas, a fim de originar melhorias na qualidade de vida das populações com a promoção da fixação destes povos em seus territórios originais. A responsabilidade do profissional que propõe a intervenção é enorme, pois ele precisa garantir que a proposta seja coerente com o modo de vida da comunidade, sem romper com as suas especificidades culturais.

Apesar de as intervenções em comunidades tradicionais demandarem um estudo minucioso antes, durante e depois do processo de intervenção, os questionamentos relacionados ao projeto não se diferem totalmente casos ocorridos em outros contextos, pois o projeto arquitetônico e urbanístico sempre envolverá apropriação, satisfação e permanência do usuário no espaço projetado.

Cabe neste trabalho a reflexão sobre a demanda pela intervenção e a adequação das mesmas a necessidade de cada grupo. A saber, a produção de intervenções que sofrem com problemas de apropriação não significam que o projeto seja tecnicamente ruim, ou que o projetista o seja, mas sim que o projeto proposto não conseguiu se flexibilizar o suficiente segundo as demandas dos usuários, ou não conseguiu a coerência necessária em relação aos modos de vida e a espacialidade de uma dada população. É importante recordar, mesmo em contextos geográficos e temporais distantes do que se vive cotidianamente, existem experiências em que projetos de arquitetos renomados não foram apropriados pela a

população por se distanciar de hábitos locais, a citar pela “tragédia de Chandigarh”, quando o arquiteto modernista Le Corbusier concebeu “(...) uma cidade projetada para automóveis em um país em que muitos, como acontece ainda hoje, não têm sequer bicicleta.” (FRAMPTON,2003, p.279).

O exemplo demonstra que os ideais modernistas de meados do século XX ou as políticas públicas habitacionais brasileiras do início do século XXI podem ter se esforçado em construir diretrizes que sejam resultantes de árduos debates (CARVALHO, CHAVES, 2010), porém ainda assim, estas precisam ser revisonadas cada vez que os seus entendimentos e conceitos forem ser aplicadas. O problema que envolve a adequação, flexibilização e revisão de diretrizes perdura até os dias de hoje, onde a produção de unidades habitacionais no contexto brasileiro apresenta sérios problemas de apropriação e a escassez de projetos que estejam compatíveis com as necessidades dos usuários faz com que as habitações produzidas pelo poder público sejam vendidas ou abandonadas, especialmente àquelas destinadas a grupos denominados como tradicionais.

Em se tratando da situação de intervenções destinadas à comunidades tradicionais, existem os mesmos questionamentos pertinentes a qualquer tipo de intervenção habitacional, mas o processo de adequação às necessidades da comunidade por meio de um projeto arquitetônico é mais complexo que o habitual. Por isso, a necessidade de criar diretrizes governamentais específicas na tentativa de não facultar o atendimento a tais especificidades projetuais.

### **1.1. A inserção do projeto arquitetônico para comunidades tradicionais**

No último quarto do século XX, alguns fatos iniciam uma discussão conflituosa sobre a propriedade de terra por grupos tradicionais, cujo entendimento deve se dar segundo dois pontos de vista fundamentais: o primeiro sobre questões fundiárias e econômicas e o segundo a mobilização destes grupos para pleitear direitos.

No primeiro ponto de vista, o da terra, observa-se que a existência de frentes de expansão pioneiras, a citar pela corrida do ouro a Serra Pelada, ocasionaram o aumento conflitos agrários envolvendo comunidades tradicionais, o que gerou maior reivindicação pela demarcação destes territórios (DE PAULA, 2008) e pelo reconhecimento de seus direitos.

A partir de 1980, contrário à luta pela demarcação de territórios ocupados especialmente por indígenas e quilombolas, a Amazônia passa a sofrer com a “hegemonia do

capital” (DE PAULA, 2008, p.33), fato que enfraqueceu a territorialidade das comunidades tradicionais. Atualmente, porém, como discursos sobre biodiversidade e sustentabilidade ambiental se tornaram mais concretos e ganharam importância para a sociedade, a questão fundiária de comunidades tradicionais adquire maior espaço nas políticas governamentais, se tornando um instrumento de promoção política.

A questão fundiária que envolve indígenas, quilombolas e ribeirinhos contribui para a inserção do termo ‘comunidades tradicionais’ na Constituição brasileira de 1988. No contexto de reconhecimento das comunidades tradicionais no âmbito habitacional, pode-se citar a Política Nacional de Habitação que considera que a intervenção contribui para a preservação da identidade territorial por meio da fixação residencial destes povos em seus territórios originais.

É importante enfatizar que o termo ‘comunidade tradicional’ deve ser compreendido como resultante de um violento e longo conflito agrário e fundiário, que resultou em um processo de mobilização destes grupos como um meio de acesso a seus direitos e a sua cidadania, conforme explicitado abaixo.

Por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido em face de antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de relações sociais. Neste sentido, a noção de “tradicional” não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. (ALMEIDA, 2004, p.10)

A partir da Política Nacional de Habitação e do por quê a denominação ‘comunidades tradicionais’ foi assimilada e é reivindicada pelos grupos é necessário compreender como foram configuradas diretrizes norteadoras para intervenções em comunidades tradicionais de acordo com as diretrizes estipuladas pelos Planos de Habitação a nível nacional e estadual (caso do Estado do Pará) e como os programas de financiamento governamentais.

## **2. O cenário da proposição de intervenções em comunidades tradicionais no Pará**

Antes de 2011, as intervenções habitacionais financiadas pelo Ministério das Cidades enquadravam-se nos programas de financiamento existentes para uso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Fazendo uso dos recursos do FNHIS foram realizadas 3 intervenções habitacionais em comunidades tradicionais no Estado do Pará, segundo pesquisa no acervo da Gerência de Desenvolvimento Urbano da CAIXA no ano de 2010. Segundo técnicos deste órgão, muitas destas comunidades estão insatisfeitas com as habitações que lhes foram propostas e voltaram a viver na tipologia habitacional originária.

Porém, mesmo com o baixo índice de satisfação das comunidades, intervenções habitacionais continuam sendo demandadas para atendimento de grupos tradicionais devido às mesmas objetivarem a promoção de melhorias sanitárias e abrirem a possibilidade para atendimento médico, escolar e policial mais eficaz, além da intervenção dar “(...) consolidação definitiva do povoado em termos de cidadania plena” (ALMEIDA; SPRANDEL, 2006, p.71).

Complementar ao entendimento da proposta de intervenção como mecanismo de cada população alcançar sua cidadania, o tema das comunidades tradicionais foram incorporados aos programas de governo. Desta forma, as intervenções propostas mereceram destaque, ainda que a proposição não tenha sido amadurecida em termos do projeto técnico, fizeram parte da propaganda da COHAB-PA e governo estadual do Pará. Este fato pode ser notado por meio do poster fixado no hall da Gerência de Desenvolvimento Urbano da CAIXA, no ano de 2012, conforme pode ser observado na figura abaixo.



Figura 01: poster sobre a intervenção habitacional em uma Comunidade Quilombola no Pará. Fonte: autora (2012)

A partir de 2011, as proposições destinadas a comunidades tradicionais estão preferencialmente enquadradas no “Programa Nacional de Habitação Rural” (PNHR) – este faz parte da linha de financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida, conforme informado pelos técnicos responsáveis do setor de assistência técnica da Caixa Econômica Federal.

O PNHR foi desenvolvido para beneficiar agricultores, pescadores artesanais, extrativistas, Silvícolas; aquicultores, maricultores, piscicultores; comunidades quilombolas e povos indígenas. Anteriormente, os programas de financiamento para comunidades tradicionais compunham o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), o que implicava em habitações com por cento subsidiadas.

A principal diferença entre o PNHR e os programas de financiamento de habitações para comunidades tradicionais é a necessidade do beneficiário dar uma contrapartida de 4% do valor total empreendimento. Neste programa as comunidades tradicionais são compreendidas como sociedades de economia monetarizada, tornando o discurso sobre hegemonia do capital versus biodiversidade e sustentabilidade amazônica ainda mais pertinente. Inicialmente a CAIXA não acredita que esta contrapartida seja um impedimento para as comunidades tradicionais obterem financiamento habitacional, visto que nos esclarecimentos prestados pelo órgão em reuniões com comunidades indígenas que vão ser beneficiadas com o recurso do programa, os beneficiários alegaram que o valor

estipulado estaria dentro do orçamento familiar. Esta contrapartida, porém, não precisa ser paga em dinheiro: a mesma pode ser quitada por meio do fornecimento de mão-de-obra ou com compra de material de construção. Esta possibilidade ainda não foi implantada no Pará até o momento e os agentes envolvidos no processo de financiamento a consideram muito complexa para execução, aprovação e viabilização do empreendimento.

Existem ainda intervenções em fase de estudo inicial financiados pela CAIXA, cujo projeto ainda não está definido. É sabido que existe uma necessidade do projeto de arquitetura ser participativo, onde a população da comunidade deveria opinar e fazer o arquiteto compreender quais as especificidades da comunidade e incluí-las em um programa de necessidades específico e detalhado. Porém, a dificuldade do envolvimento de técnicos em projetos destinados a grupos tradicionais é o acesso das comunidades. Devido ao mesmo ser muito difícil, a ida até as comunidades fica limitada a vistorias breves nas áreas para verificar se existe viabilidade de executar o empreendimento, segundo afirmou a CAIXA.

O principal problema que se visualiza para o futuro das intervenções destinadas a comunidades tradicionais, agora financiadas pelo PNHR, é a existência de um projeto referência de 34,97 m<sup>2</sup> elaborado pela Secretaria das Cidades. Se for levado em consideração o dificultoso acesso a área, segundo afirmação dos projetistas, que prejudica muito a elaboração de um programa de necessidades adequado e a observação de projetos padronizados destinados a comunidades tradicionais no Pará em momentos anteriores, existe tendenciosamente um cenário favorável à padronização dos projetos habitacionais através do uso do projeto referência sem que haja preocupação com adequação do mesmo.

A falta de capacidade institucional das COHAB'S e prefeituras para administrar e elaborar projetos compatíveis com as especificidades de cada usuário cria uma tendência de consideração do projeto referência como um modelo alvo de cópias. Porém, é importante compreender que estes projetos foram elaborados com a intencionalidade de serem flexíveis a ponto de poderem ser adequados de acordo com cada processo de intervenção. Sobre o assunto:

[A flexibilidade] (...) pressupõe uma filosofia de concepção que incorpore o atributo como fio condutor do projeto, permitindo a interação com outras categorias avaliativas, induz, entretanto, ao estabelecimento de padrões ou modelos projetuais, dificultando a incorporação de características contextuais, mais adequadas às populações de menor renda, com menor

capacidade econômica para adaptação de sua moradia às necessidades do grupo familiar. (PALERMO, et al, s.p., 2007.)

A elaboração de projetos referência cria um debate entre a padronização e a personalização do projeto. A capacidade do projeto de se flexibilizar e de se adaptar garante ao usuário a possibilidade de adequação do imóvel para suas necessidades, garantindo a sua permanência na unidade habitacional proposta. Ao mesmo tempo, a criação de um projeto referência induz o proponente a visualizar as diretrizes do programa como um manual que resulta em uma proposição estanque. Esta situação aliada à dificuldade de elaboração de projetos que consigam rápida aprovação nos órgãos financiadores, faz com que o “modelo”, ou projeto-referência, tendencialmente seja copiado.

A utilização de projetos-base é uma prática comum para dar celeridade entre o processo de elaboração e execução do projeto, conforme pode ser observado no estudo de caso paraense exposto no item anterior. No caso das comunidades tradicionais os projetos-referência são copiados devido a dificuldade de projetar para estas áreas: acesso, formação de uma equipe multidisciplinar, conflitos que envolvam estes grupos.

## **2.1. A viabilidade (ou não) de intervir em comunidades tradicionais**

Sobre as intervenções já executadas no Estado do Pará o aspecto responsável de forma mais direta pela baixa satisfação por parte das comunidades com a proposta habitacional executada é a ruptura com o modo de vida por meio de uma nova relação entre os ambientes e destes com o ambiente natural, rompendo com a cultura habitacional desenvolvida pela população, pois “Além da função primeira de habitar a casa é um espaço de ‘tradução’ das relações sociais.” (COSTA, 1997, p.78). É pertinente observar que mesmo diante da baixa satisfação dos usuários, segundo relatos dos projetistas e fiscais de obra dos órgãos financiadores, ainda existe na fala de indígenas, quilombolas e ribeirinhos o sonho da casa ideal, sendo: “A ‘casa ideal’ é, portanto, um reflexo do processo de produção e consumo de significações de valores culturais e socioeconômicos, o que reforça a ideia de ser algo mais do que uma simples estrutura física.” (COSTA, 1997, p.99). É possível afirmar que nas habitações produzidas por estes povoados de forma tradicional, seguindo a técnica e as vivências dos usuários, existem elementos que impedem a total satisfação dos usuários com as suas casas. Por isso, os mesmos depositam esperanças que o poder público consiga delimitar quais os aspectos culturalmente instituídos que devem estar refletidas em um

projeto desenvolvido por técnicos e quais os elementos devem ser substituídos por outros , garantindo maior satisfação do usuário.

Não se trata de um processo simples, pois existe uma demanda higienizadora e sanitária do poder público por intervir nestas comunidades e existe também uma demanda da comunidade por acessar aos recursos de produção habitacional disponíveis. Porém, da forma como o processo está sendo conduzido existem mais perdas do que ganhos, pois os dois interessados demandam por um mesmo fim, mas não existe grau de comprometimento suficiente por parte do poder público para garantir a almejada satisfação com a habitação proposta.

### **3. A proposta habitacional na Amazônia: desafios e impasses**

As intervenções urbanísticas na Amazônia são sempre complexas, pois “(...) o entendimento das cidades amazônicas, (...), está na dificuldade de estabelecer correta e coerentemente a problematização da realidade (...)” (OLIVEIRA & SCHOR, 2008, p.22). Na abordagem que envolve as comunidades tradicionais, a formulação da problematização gera um objeto de investigação com necessidades e realidades muito específicas, o que demanda mais cautela no processo intervencionista.

A habitação de comunidades tradicionais deve ser compreendida como artefato, conforme definição do termo pelo dicionário Michaelis: “Designação dada a qualquer objeto produzido pelas artes mecânicas.”. A partir deste ponto de vista, é possível apontar alguns aspectos referentes à forma de produção e a estética das unidades habitacionais tradicionalmente produzidas por estes grupos, conforme segue.

Van Velthem (2003: 52-53) afirma que as expressões plásticas indígenas são, assim, marcadas pela impressão de uma acumulação de cargas, e não como resultado de um impulso criativo espontâneo. (...) O conhecimento técnico da fabricação de objetos resulta, segundo Van Velthem (2003: 142), de uma transmissão, sexualmente diferenciada, que se dá através da visualização de um modelo e do contínuo exercício de tentativa e erro. (SILVA, 2008, p.56).

Dando continuidade ao raciocínio de Van Velthem (2003), não se pode compreender a construção de artefatos como expressão meramente simbólica, pois existe uma técnica desenvolvida ancestralmente para tal finalidade. Ainda que o desenvolvimento técnico esteja associado ao simbólico e cosmológico, o mesmo é fundamentado pela

transmissão de pai para filho, segundo as tradições e constante de adequação às necessidades da população. É possível concluir que foram construídas técnicas que materializam as necessidades e vivências para cada comunidade, onde o invisível precisa ser expressado em “(...) representações visíveis a um modo de raciocínio baseado em analogias” (TAVARES, 2005, p.5).

Sobre a comunidade indígena Suruí, que foi alvo de intervenção do Estado do Pará financiado pelo FNHIS no ano de 2010, foi observada a seguinte disposição: “(...) possuem uma grande aldeia, denominada *okara*, de formato retangular, com um pátio central no qual eram realizados os seus rituais.” (GASPAR, 2003,p.81). Da mesma forma, existe nas comunidades quilombolas uma relação com técnicas e vivências de grupos africanos, sendo possível identificar técnicas e sociabilidades que não existem mais na África, um fenômeno observado em famílias de descendentes que perderam o contato com sua cultura original que se transforma e se modifica continuamente. Estes grupos preservam tradições e técnicas que foram abandonadas pelo dinamismo da sua cultura original. (FUNARI; PELEGRINI, 2008).

A análise do visível, do concreto, deve ser realizada em concomitância a uma análise do invisível, do sagrado e da cosmologia daquele grupo. A disposição das casas e a geometria da aldeia possui relação com as sociabilidades. E há as estratégias de reprodução social, econômica, intimamente vinculadas a estes arranjos.

Para tal, é importante incorporar materiais presentes na área que circunda o empreendimento, em especial os elementos regionais, amplamente utilizadas nas construções destes povos a fim de não romper com as técnicas construtivas destas populações bem como permitir reparos e reformas futuras com maior simplicidade, uma vez que é do conhecimento empírico daquele povoado como construir com dados materiais. Quando bem desenvolvidas e tendo suas etapas de caracterização respeitadas, a habitação tende a ter maior grau de apropriação do usuário, uma vez que foram delimitadas as etapas metodológicas necessárias à criação de um projeto compatível.

Em intervenções destinadas a comunidades tradicionais, as especificidades merecem muita atenção para não tornar a intervenção prejudicial à cultura das populações, pois o projeto de intervenção deve complementar o habitat destas comunidades, sem impor novas formas de ocupação espacial e relação com o meio ambiente que as circunda, promovendo a fixação residencial destes povoados.

As teorias do projeto referentes à intervenção habitacional em áreas de ocupação irregular, por exemplo, podem ser aplicadas ao caso das populações étnicas, uma vez que

ambas tratam do que Jacques (2003) afirma ser um estudo de áreas construídas por não arquitetos, mas que constituem uma arquitetura. Para haver êxito nesta aplicação teórica é necessário haver ênfase redobrada nos aspectos sobre a importância do contexto social, cultural e espacial no desenvolvimento da proposta de intervenção. No caso destes grupos, a intervenção não deve alterar o modo de vida e de apropriação espacial destas pessoas, a fim de não estimular a descaracterização cultural das mesmas.

A necessidade por atenção e prévia caracterização da área não difere das metodologias de projeto e observação arquitetônica, porém, o cuidado necessário para aplicá-las deve ser redobrado. Na busca por preservar estas populações o agente interventor pode estar contribuindo para o desaparecimento das especificidades de um povo. A necessidade de estabelecimento de critérios para a intervenção a tornam um elemento não tradicional nas discussões que envolvem planejamento urbano e habitacional.

Ao citar trabalhos acadêmicos de diversos autores na caracterização de grupos tradicionais observa-se que o discurso metodológico está sendo construído de forma sistemática, diminuindo as arestas sobre o assunto no âmbito científico-experimental. Porém, ainda existem conflitos dentro do próprio governo entre a Amazônia capitalista e a biodiversificada (DE PAULA, 2008). O embate sobre a viabilidade de intervenções em comunidades tradicionais não se dá apenas sobre o projeto técnico, mas sobre a visão econômica que se tem sobre a Amazônia.

No aspecto projetual, aspecto ao qual este trabalho se detém com mais profundidade, pode-se citar rápido debate com arquiteto Oscar Hagerman, que possui experiências bem sucedidas na América Latina envolvendo a produção habitacional destinada a grupos tradicionais no ano de 2010, apontou a necessidade de a arquitetura e a antropologia mesclarem, diante da necessidade do arquiteto vivenciar a realidade das comunidades.

Enfatizando que a dimensão mais fragilizada em propostas para comunidades de difícil acesso é a sensorial, pois não existe um conhecimento mais aprofundado das vivências da população e como isto influencia na disposição espacial adotada tradicionalmente.

Existe ainda outro aspecto metodológico que necessita ser analisado: o entendimento e as concepções de políticas públicas. Conforme visto anteriormente, na maior parte das vezes as mesmas são bem construídas, mas abrem margem para intervenções e inserções de qual intervenção cabe melhor a cada comunidade. A política destinada a

comunidades tradicionais pode ser dividida em duas correntes e as duas possuem aplicabilidade, desde que a intencionalidade da intervenção seja bem estudada.

Há, portanto duas concepções contraditórias do futuro: aquela proposta por políticas indigenistas [podendo-se incluir nestes termos políticas destinadas a qualquer tipo de comunidade tradicional] que têm se apoiado na diferença e outra, por políticas igualitárias e de inclusão. (GALLOIS, 2004, p. 155).

Dentre as políticas que visam a inclusão de comunidades tradicionais temos as intervenções abordadas no primeiro item deste trabalho. Dentre as políticas que se apoiam na diferença existem projetos menos difundidos, mas que possuem uma contribuição metodológica ao processo. É o caso do Projeto Integrado de Proteção às populações e terras indígenas da Amazônia Legal- PPTAL, que visa o fortalecimento de grupos locais e trabalhos antropológicos e ambientais para consolidar picadas, limpar rios e ativar ou reativar aldeias e roças (GALLOIS, 2004).

#### **4. Considerações Finais**

Este trabalho buscou caracterizar o cenário das intervenções habitacionais para comunidades tradicionais no Pará. Não se objetivou responder a todos os questionamentos pertinentes, mas apontá-los e enquadrá-los dentro de um contexto que parece pouco favorável a transformações positivas.

A fim de sistematizar as conclusões geradas por este trabalho, as dividi em três tópicos, conforme segue.

##### **4.1. Sobre os agentes públicos envolvidos no processo de intervenção habitacional**

O primeiro apontamento que desejo fazer nestas considerações finais é a respeito de um jargão profanado pelos poderes municipais, estaduais e pelos agentes envolvidos diretamente no processo a respeito de intervenções custeadas pelo poder público no Estado do Pará: para cada unidade habitacional construída você tem 1 ingrato (aquele que 'ganhou' a habitação e não está satisfeito com ela) e 9 inimigos (aqueles que gostariam de 'ganhar' uma casa, mas não foram contemplados). A partir da problemática criada pelo acúmulo de 'inimigos' nas intervenções habitacionais, a solução lhes pareceu simples: cobrar uma taxa pelas unidades habitacionais. A insatisfação do usuário não engloba, segundo os intervenientes, a qualidade do projeto, a dificuldade de apropriar uma unidade que destoa

de seus valores sócio-culturais ou a falta de capacidade do poder público em gerir prazos e custos.

Em uma escala maior, é isto que o governo vem fazendo com a difusão do programa Minha Casa, Minha Vida nos casos em que o mesmo assume habitações cujo perfil era anteriormente financiadas pelo FNHIS. No caso das comunidades tradicionais, não se buscou em nenhum momento, no Estado do Pará, refletir sobre as intervenções propostas pelo FNHIS. A solução para o baixo índice de apropriação das unidades destinadas a indígenas e a quilombolas foi mudar o enquadramento da intervenção. A partir do ano de 2012, estas devem fazer parte do Minha Casa, Minha Vida. Os executores, financiadores e todos os envolvidos acreditam que quando a comunidade 'paga' por uma unidade, ao invés de 'ganhar' uma, os problemas estão resolvidos. Este trabalho buscou mostrar que a reflexão sobre a situação paraense no que tange as comunidades tradicionais não inclui o fato do usuário pagar ou não por sua unidade.

Por outro lado, o ideário modernista impregnou a produção (o projeto técnico e as tecnologias construtivas, sobretudo) habitacional com o paradigma do fordismo e a crença nos benefícios da produção em escala. Obviamente as premissas da industrialização se refletem em reduções relativas do custo de produção da moradia, como é sabido há décadas. Por esta razão, inclusive, certo nível de standardização das medidas e dos materiais vem sendo perseguido na indústria da construção civil, principalmente em países industrializados das economias avançadas atuais. A postura, entretanto, da padronização e da homogeneização medíocre da produção habitacional encontra um paradoxo ainda mais agudo quando confrontada com grupos sociais cuja especificidade na forma de produzir e viver o ambiente construído constitui, exatamente, um *instrumento* de seu modo de vida. Neste sentido, não estaríamos tratando apenas de peculiaridades culturais no sentido de variações sobre o suposto conjunto de itens "universais" da moradia (descansar, mover-se, socializar, alimentar-se, higienizar-se, etc.), mas de técnicas e espaços que efetivamente se constituem em estratégias de reprodução social e sobrevivência, incluindo o sentido primário, biológico do termo.

Assim, conjuntos de casas dispostas em arruamentos ortogonais, tendo à frente um terreiro, um mastro e um templo religioso católico, com uma mercearia em frente ao trapiche, constituem um todo coeso entre o assentamento humano e as roças, entre as sociabilidades de grupo, os vínculos entre famílias e as relações produtivas.

#### **4.2. Sobre a Amazônia e sua diversidade cultural conforme compreendida nas intervenções destinadas a grupos tradicionais**

A Amazônia abriga hoje inúmeras comunidades tradicionais que precisam ser preservadas para auxiliar na garantia da diversidade cultural do país. Ao terem seus territórios ameaçados pelo processo de expansão urbana ou por madeireiras e empresas extrativistas, as comunidades tradicionais tendem a ser expulsas de seus territórios, perdendo suas características culturais, empobrecendo economicamente, perdendo seu vínculo primário com os itens do ambiente e sendo progressivamente induzidas a se inserirem na economia moderna, monetarizada, e na aquisição de bens. Desarticulam-se, com seus territórios, suas formas antigas de reprodução social.

Também é necessário considerar que a existência de inúmeras comunidades tradicionais não necessariamente significa que todas demandam por uma proposição habitacional, pois um processo intervencionista nos moldes que vem sendo executado no Pará é muito agressivo sob os aspectos econômicos, culturais e sociais destes grupos. A fim de preservar a diversidade cultural paraense é mais adequado o poder público não intervir com soluções habitacionais ou urbanas, mas apenas regularizar a questão fundiária de indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

As intervenções habitacionais no Pará, apesar do esforço para compor planos que contenham diretrizes bem definidas sobre as comunidades tradicionais, não possuem a intencionalidade de preservar a cultura de indígenas e quilombolas - especialmente - e sim de inserir estes grupos em uma lógica capitalista de ocupação da Amazônia, aproximando-os de sociedade globalizada, monetarizadas e com tendências a homogeneização cultural. Por outro lado, existe uma dimensão da concessão de direitos dados a estes grupos, em face das disputas travadas no âmbito de movimentos sociais e da construção histórica de *identidades culturais* ligadas a certos territórios.

#### **5.3. Sobre métodos e objetivos da intervenção para grupos tradicionais**

Supondo que os problemas de enquadramento e da falta de cautela na concepção de projetos habitacionais tenha sido sanada, a intervenção pública no âmbito urbano, habitacional e fundiário em comunidades tradicionais, deve ter como finalidade principal a promoção da fixação residencial destes povos em seus territórios, garantindo a preservação cultural das mesmas por meio da garantia da territorialidade e habitabilidade destes povos.

A fixação destes povos em seus territórios originais deve ser uma questão discutida por arquitetos, urbanistas, geógrafos e técnicos sociais a fim de garantir projetos de boa qualidade, concebidos baseado na realidade existente na comunidade, por meio de um processo de interpretação de símbolos e adaptação das técnicas construtivas ao processo de desenvolvimento da arquitetura formal.

A formação de uma equipe interdisciplinar ainda possui lacunas que precisam ser sanadas na realidade paraense. Primeiramente, a função de cada profissional precisa estar muito bem delimitada para que cada um possa contribuir da melhor forma possível para uma proposta em conjunto. Mas, por se tratarem de competências que muitas vezes possuem assuntos em comum, a necessidade de uma coordenação que delimite o objetivo da inserção de cada profissional na equipe se torna um item fundamental.

Consideremos ainda que a questão das interdisciplinaridades ainda precisa evoluir. Segundo Carlos Nelson (SANTOS, 1980), além dos arquitetos e urbanistas procurarem especializações em áreas como a antropologia, sociologia e geografia, é necessário que estes profissionais também busquem se especializar no urbanismo para que consigam absorver melhor as peculiaridades inerentes à espacialidade. O arquiteto e urbanista, por sua vez, precisa unir a teoria e a prática profissional, pois apesar de haverem muitos subsídios teóricos para criação de instrumentos eficazes de um projeto de boa qualidade, a prática profissional parece alheia a estas instrumentações.

A função do arquiteto e urbanista no processo de intervenção habitacional precisa ultrapassar o escritório e atingir o campo. Se o profissional necessitar intervir para estes grupos, é necessário um trabalho de mapeamento que envolva vivências, técnicas construtivas e simbolismos de forma a sua proposta ser adequada ao contexto de projeto. A dificuldade de intervir nestes casos é a falta de repertório e de formação técnico-acadêmica que permita mais desenvoltura para a concepção de tais projetos.

Diante desta problemática, concluo que muito ainda precisa ser desenvolvido no Estado do Pará a fim de promover o diálogo entre as teorias de projeto existentes, as diretrizes elaboradas pelos Planos de habitação, a compreensão do espaço amazônico dentro do contexto econômico brasileiro e os resultados das experiências já executadas. O mapeamento de comunidades que necessitam de fato de intervenções estatais é fundamental para a aplicação das teorias em um contexto específico, para o desenvolvimento de métodos e para elaboração de conclusões que possam subsidiar outros projetos do gênero no Estado e na região amazônica, criando um repertório que subsidie estas intervenções.

## 5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SPRANDEL, Marcia Anita 2006. **Palafitas do Jenipapo na ilha do Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito**. Belém: Novos Cadernos do NAEA, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/57/66>. Acesso em: julho/2012.

BRASIL, **Decreto 6.040**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/04/decreto-6040-2007.pdf>. Acesso em: 2010.

CAIXA, **Acervo Técnico da Gerência de Desenvolvimento Urbano**. Pesquisa realizada ente 2008 e 2012.

DESCOLA, Phillippe. **In society of nature: a native ecology in Amazonia**. Cambridge: Universidade de Cambridge, 2000.

GALLOIS, Catherine Jacqueline Suzanne. **Estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2004.

GASPAR, Maria Therezinha Jesus. **Pensamento Geométrico em Algumas Civilizações e Povos e a Formação de Professores**. [tese]. Rio Claro: UNESP, 2003. Disponível em: [http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137031P7/2003/gaspar\\_mtj\\_dr\\_rc\\_la.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137031P7/2003/gaspar_mtj_dr_rc_la.pdf). Acesso em: junho/2012.

JACQUES, Paola Beresstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

OLIVEIRA, José Ademir; SCHOR, Tatiana. **Das cidades da natureza à natureza das cidades**. In: TRINDADE JR., S. C.; TAVARES, M. G. C. Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém; EDUFPA, 2008, p.15-26.

DE PAULA., João Antônio. **Amazônia: Fronteira e Acumulação de Capital**. In: RIVERO,

Sérgio; JAYME JR., Frederico G.. **Amazônias do Século XXI**. Belém; EDUFPA, 2008. p.17- 40.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PALERMO, Carolina; MORAIS, Gabriela, COSTA, Marianne; FELIPE, Carolina. **Habitação Social: uma visão projetual**. Belo Horizonte: IV Colóquio de Pesquisas em Habitação, 2007. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/coloquiomom/comunicacoes/palermo.pdf>

Acesso em: julho/2012.

FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra C. Araújo. **O que É Patrimônio Cultural Imaterial** - Col. Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense. 54

ROCA, Zoran. **Desenvolvimento e Identidade Territorial**. Lisboa: TERCUD - Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento, s.d. Disponível em: <http://tercud.ulusofona.pt/Outros/IdenTerritorialPT.htm>. Acesso em: 2010.

SANTOS, Carlos Nelson. **Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?** In: VELHO, Gilberto (org.). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980, p.37-57. Disponível em: <http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/wp-content/uploads/2011/03/qdo-e-como-o-arqviraantropologo-carlos-nelson-ferreira-dos-santos1.pdf>. Acesso em: maio/2012.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007. Disponível em: [http://www.novacartografiasocial.com/downloads/Livros/livro\\_docbolso\\_01.pdf](http://www.novacartografiasocial.com/downloads/Livros/livro_docbolso_01.pdf). Acesso em: julho/2012.

SILVA, Maria Izabel Cardozo da. **Cosmologia, Perspectivismo e agência social na arte ameríndia: estudo de três casos etnográficos**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/2010/Sociologia/dissertacoes/amerindios.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Sociologia/dissertacoes/amerindios.pdf). Acesso em: julho/2012

SILVA JR. Otoniel Fernandes da. **Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural**. Rondônia: Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário, s.d. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo31.html>. Acesso em: 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TRINDADE JR., S. C.; TAVARES, M. G. C . Cidades Riberinhas na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S. C.; TAVARES, M. G. C. **Cidades riberinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém; EDUFPA, 2008. p.9-12.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005